

Encontro Internacional  
As Línguas Indígenas da Amazônia na Ciência e nas Sociedades  
Museu Paraense Emílio Goeldi  
Belém, Pará  
26-29 de março de 1996

## O conhecimento científico das línguas indígenas no Brasil

Profa. Dra. Bruna Franchetto  
Departamento de Antropologia  
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

### I. Breve histórico dos estudos

Costuma-se estabelecer um grande divisor de águas: o advento dos estudos científicos da modernidade equivale ao advento do estruturalismo na década de 60. Distinguem-se um passado e um presente. Ao passado pertencem tanto os primeiros registros como as obras jesuíticas do final do século XVI: Anchieta e Filgueira sobre o Tupinambá e Pe. Montoya, Bernal e Bolaños sobre o Tupi Antigo. Trata-se de uma produção motivada e destinada para a catequese cristã católica. Yonne Leite (Conferência na UERJ, julho de 1995, "A Pesquisa com Línguas Indígenas Brasileiras; um debate") atribui à ideologia que emana do estruturalismo, uma vez no Brasil, uma avaliação equivocada da obra jesuítica, considerada meramente subordinada à conversão e aprisionada pelo modelo gramatical greco-latino, julgamento que foi do próprio Mattoso Câmara. Os trabalhos comparativos empreendidos hoje por especialistas de línguas tupi-guarani mostram que os corpora das descrições jesuíticas podem servir como rica fonte de dados. Segundo Leite, eles

"permitem reinterpretações e reanálises. Prova disso é o curso de Tupi Antigo do Pe. Lemos Barbosa, feito com base no trabalho jesuítico dos séculos anteriores, que continua sendo a melhor obra de referência para as línguas Tupi Guarani. Muitas vezes nos trabalhos dos estruturalistas estão perdidas informações cruciais da sintaxe, que não se encontram no latim e que estão lá nas gramáticas jesuíticas".

O estruturalismo se instaura nos anos sessenta e a figura central é Mattoso Câmara. Foi ele que criou o Setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional em 1961, centro pioneiro, dos quais saíram os seniores da linguística indígena brasileira. O primeiro programa do Setor teve entre seus protagonistas/autores linguistas do Summer Institute of Linguistics (SIL), instituição norte-americana com dupla identidade de missão evangélica e centro de pesquisa linguística, e estabelecia as seguintes metas: (1) produzir descrições completas das línguas nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, além da confecção de dicionários bilíngues; (2) promover, baseado nessas descrições, a classificação genética dessas línguas. Como diz Leite, nenhum desses objetivos se cumpriu na extensão desejada. De 1974 a 1988, o Prof Aryon Rodrigues, Doutor pela

Universidade de Hamburgo e egresso do Museu Nacional, consolidou na UNICAMP uma área de estudos das línguas indígenas. Diz Leite em sua conferência:

"Avaliando o que foi feito no período em que vigorou o paradigma estruturalista, na vertente norte-americana do distribucionalismo, o legado real inclui os tres volumes do Handbook of Amazonian Languages, uma gramática do Hixkaryana de Desmond Derbyshire, coletâneas, trabalhos inéditos arquivados, todos produtos do SIL. A produção acadêmica brasileira foi tímida, com algumas dissertações e teses e algumas poucas publicações, geralmente sobre aspectos parciais da língua. Verifica-se a predominância de estudos descritivos fonológicos, pedra de toque do estruturalismo".

No fundo, é uma redução (na fonologia) voltada para o estabelecimento de ortografias (redução da fala à escrita) para a sucessiva confecção de cartilhas, coletâneas de textos (a chamada "literatura indígena", redução infantilizadora de narrativas orais, mitos). Citando de novo Yonne Leite:

"Ao contrário das descrições jesuíticas, cheias de exemplos e textos, a produção estruturalista se caracteriza por fórmulas, a língua estando muito poucos presente. Salvam-se as poucas coletâneas de textos transcritos (fonemizados), como, por exemplo, os 40 textos Assuriní arquivados no Setor de Linguística do Museu Nacional. Quanto aos dicionários, eles não passam de listas vocabulares com os itens arrolados em ordem alfabética, sendo exceção o dicionário Wayãpi de Françoise Grenand (1989)".

Mas não podemos negar que ao longo desse período se acumularam conhecimentos, um conhecimento factual, que formou a base dos estudos tipológicos que começaram nos anos oitenta. Há, então um continuum entre o estruturalismo norte-americano importado basicamente pelo SIL, e a abordagem tipológica atual, quadro em que se produz boa parte dos estudos mais recentes. Há também um continuum entre a linguística estruturalista norte-americana e o funcionalismo, modelo que guia algumas das pesquisas atuais de maior fôlego.

No final da década de 80, as línguas indígenas entram na UnB graças a Aryon Rodrigues, na UFGO se inicia um programa com Raquel Teixeira e Sílvia Braggio, na UFPE com Adair Palácio, na UFPA com Leopoldina Araújo. Em seguida, a conjunção Jean Pierre Angenot/Alexandra Angenot-Aikenwald produz um ambicioso programa de pesquisas na UFSC. Nos anos 80 assistimos ao início de uma fase de desenvolvimento evidente no âmbito das instituições acadêmicas brasileiras. Continuam as descrições, os estudos tipológicos, se insinua a teoria gerativa, sobretudo na UNICAMP. Os anos 80 são marcados pela crise das ligações acadêmicas e oficiais do SIL. Em 1987 é lançado o Programa de Pesquisa Científica sobre Línguas Indígenas Brasileira (PPCLIB), formalizado no interior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no início de 1988, iniciativa responsável, sem dúvida, por um novo impulso à investigação e à formação.

Nos anos 90 assistimos a um desenvolvimento gradual e progressivo da área, não apenas quantitativamente, como também qualitativamente e com uma diversificação das linhas teóricas. Ressurge o Museu Paraense Emílio Goeldi. Reformula-se o perfil do Setor de Linguística do Museu Nacional da UFRJ. Rui tragicamente o programa da UFSC, que ressuscita na UNIR/Guajará Mirim.

Há um avanço dos estudos tipológicos que permitem identificar os fenômenos morfossintáticos que são retomados pelos trabalhos na linha gerativista, em seus sucessivos mini-paradigmas (Regência e Vinculação, Teoria Paramétrica, Programa Minimalista), sobretudo na UNICAMP, por pesquisadores do Museu Nacional e até dentro do SIL com Daniel Everett. Gerativa e funcionalismo (este em suas distintas vertentes norte-americana e francesa) se encaram através de dissertações, teses, artigos, em encontros. Firmam-se estudos em fonologia não-linear e métrica. Como afirma Yonne Leite convivem (e competem) diferentes paradigmas, mas no fundo

"a prática metodológica estruturalista permanece; lidamos com línguas não-descritas e torna-se indispensável a realização das primeiras etapas em que se depreendem as unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas. Além disso há os imperativos de fornecer descrições fonológicas para o estabelecimento de ortografias..."

Firmou-se uma figura de identidade dupla, o linguista/fazedor de escritas e material didático, legado do SIL e resultado da solicitação dos índios (mediada, histórica).

Retoma-se a investigação histórica. O método comparativo clássico funcionou nos anos setenta com resultados como as propostas de classificação das línguas Tupi Guarani e das do tronco Jê. Até os anos 90, temos uma certa estagnação, poucos estudos pouco aprofundados. Os anos 90 se inaugura o estudo comparativo e diacrônico de línguas karib, há novas perspectivas para o Tronco Tupi e para a família Tupi Guarani. Vislumbra-se uma possibilidade de diálogo entre etnoarqueologia e linguística. Quanto aos esquecidos Dicionários, esperamos o do Tikuna, que promete marcar uma virada inovadora, o do Kayapó, uma colaboração entre antropólogo e linguista.

Em suma, muito está sendo feito nas instituições nacionais não-missionárias, se pensarmos na penúria de dez anos atrás. Muito mais precisa ser feito.

## II. Publicações

Como diz Yonne Leite:

"nosso ponto fraco é a a falta de visibilidade. Publicamos pouco, há pouquíssima circulação de trabalhos em periódicos estrangeiros, sobretudo os de maior projeção científica. Os resultados das pesquisas estão encerrados nas teses, artigos em Atas de Congressos, revistas universitárias de circulação restrita e qualidade gráfica discutível. Precisamos de uma política agressiva para desencapsular tais conhecimentos".

Fora as Atas de congressos, o maior número de publicações se deve a editoras universitárias; as editoras não universitária não estão interessadas no assunto. Com exceção de "Línguas Brasileiras" de Aryon Rodrigues (1986), que reúne informações gerais e se concentra sobre a classificação genética, não existe nenhum livro introdutório bom e atualizado. A Editora da UNICAMP é a que mais dedicou espaço para as línguas indígenas em seus periódicos (Cadernos de Estudos Linguísticos) e com a série Línguas Indígenas, que conseguiu publicar algumas dissertações e teses, ou com coletâneas (raríssimas) de artigos. A Editora da UFRJ entrou só recentemente em cena publicando uma coletânea de artigos em fonologia em torno de um eixo teórico (a

fonologia auto-segmental), algo inédito no Brasil. Pouco ou nada é publicado em revistas de maior porte na área de linguística, como a D.E.L.T.A.. Nos últimos anos o trabalho de pesquisadores brasileiros conquistou alguma visibilidade, ainda tímida, no exterior, participando de coletâneas e como resultado de encontros científicos (por exemplo, SSILA/LSA/AAA e ICA, destacando-se o grupo do Goeldi e o do Museu Nacional da UFRJ). É rara alguma repercussão deste trabalho em periódicos importantes, nos Estados Unidos ou na Europa. Gramáticas completas têm sido publicadas nos tres volumes do Handbook of Amazonian Languages (1986, 1990, 1991), editado nos Estados Unidos e com a participação maciça de membros do SIL.

Há visibilidade mínima de pesquisas nas áreas clássicas como fonologia, morfologia, sintaxe, discurso, e muito pouco foi feito em termos de coletâneas de textos ou vocabulários que atinjam uma qualidade científica respeitável. Somente pesquisas conduzidas com base numa formação antropológica (etnológica) conseguiram publicar textos, narrativos ou não; aqui temos uma boa contribuição de antropólogos estrangeiros, como Ellen Basso e Laura Graham. Os textos que encontramos em trabalhos etnológicos aparecem, em geral, apenas traduzidos ou, quando em língua nativa, muitas vezes sem os devidos cuidados da transcrição linguística. Encontramos textos apenas com função de amostra em apêndice a algumas gramáticas publicadas que seguem o modelo Handbook of Amazonian Languages, iniciativa do SIL.

É do SIL, até o momento, a maior produção de vocabulários, a maioria de qualidade duvidosa. Fora disso, só me lembro do Dicionário Wayãpi, de Françoise Grenand (francesa) como exemplo de um empreendimento de fôlego e cientificamente sério.

Fora do universo acadêmico, algum material linguístico tem sido publicado sob as asas de projetos de educação, em forma de cartilhas, manuais, gramáticas pedagógicas, pequenos vocabulários, livrinhos de textos, onde uma parcela do acervo narrativo de um grupo indígena aparece reduzida a estorinha infantil. O SIL está na vanguarda, de qualquer maneira, até hoje, nesse tipo de produção. Observamos, todavia, um incremento na publicação de material didático nos últimos anos, com qualidade melhor. O Ministério da Educação e ONGs estão apoiando cada vez mais esse gênero de publicações.

É previsível, a partir desse quadro, a conclusão de que a difusão dos conhecimentos sobre línguas indígenas continua escasso e muito restrito. Diria que a difusão nacional equivale à difusão no exterior, dentro desses limites apertados.

Apesar dessa radiografia negativa, parece-me que estamos num momento crucial: algo irá acontecer daqui para frente em termos de um aumento quantitativo e qualitativo das publicações tanto no Brasil como no exterior. Alguns centro de pesquisa estão programando linhas de publicação (Goeldi, Setor de Linguística do MN/UFRJ) e uma maior circulação internacional de pesquisadores e resultados de pesquisa deverá encorajar novas publicações, conquistando foruns afamados. Está oficialmente lançado o Journal of Amazonian Languages, iniciativa promissora mas que guarda em seus bastidores a presença do SIL. Quem sabe consigamos conquistar editoras com livros aprazíveis para um público mais amplo. Precisamos continuar contando, de qualquer maneira, com a ajuda de universidades e agências de fomento e lembro que 'escrever um livro ou um artigo' é ainda tarefa árdua no Brasil, onde o trabalhador intelectual não encontra na maioria das vezes condições sequer físicas de permanência num lugar minimamente adequado, equipamentos, pessoal de apoio, tempo não atrapalhado por inescrutáveis injunções burocráticas.

### III. Pesquisa

É necessária uma premissa. Todos os dados aqui apresentados são resultado de levantamentos preliminares, a partir de fontes heterogêneas; sendo assim, essas informações devem ser apreciadas considerando sua relativa incompletude e suas lacunas. Uma tarefa urgente é exatamente a obtenção de dados exaustivos e controlados que permitam definir um quadro fidedigno atualizado. Para este fim, se torna imprescindível a cooperação entre pesquisadores e centros de pesquisa, que devem ser conectados numa rede eficiente, algo ainda inexistente no Brasil.

#### III.1 Projetos e Pesquisadores

Incorporando os resultados do levantamento feito por Denny Moore e Luciana Storto relativo ao período 1984-1991 (Linguística Indígena no Brasil) e acrescentando as informações acessíveis até 1995, temos o seguinte quadro:

1991: PPCLIB com 67 projetos, 59 línguas, 4 em l. diacrónica (projetos não ativos)  
 SIL: (línguas) 11 no PPCLIB, 23, total 34. Mais 13 por outras missões  
 Total: 95 línguas.

1990: 71 pesquisas nacionais não missionárias (34% independentes, senior, 25% doutorandos, 34% mestrandos).

1995: cerca de 120 pesquisadores (80% ativos; uma dezena de pesquisadores missionários com vínculos acadêmicos; 10 % pesquisadores estrangeiros)

Segundo levantamento de Bruna Franchetto via ANPOLL e do Museu Antropológico (Seção de Etnolinguística) da UFGO, temos hoje cerca de 120 pesquisadores, 80% ativos (cálculo aproximado); aumentou consideravelmente a participação de graduandos e pós graduandos, que constituem a maioria; há uma dezena de pesquisadores missionários (fora os que trabalham diretamente ligados às missões evangélicas, sem vínculos com instituições brasileiras como universidades e CNPq). Considere-se que há pesquisadores senior ou professores que conduzem suas pesquisas com equipes formadas por alunos de iniciação científica (graduação). Não obtivemos a tempo dados sobre o número de projetos existentes no CNPq. O número de pesquisadores estrangeiros representa cerca de 10% desse total, ainda sem contar os ligados às missões evangélicas, onde eles são ainda a maioria. Eles provêm na grande maioria dos Estados Unidos (Pittsburgh, Oregon, Rice, MIT, California); seguem França e Holanda.

Línguas em estudo (projetos em andamento ou recém concluídos)

Distribuição por tronco ou família (59 línguas no PPCLIB em 1991):

(Família)	Tupi-Guarani (1990)	13	(1995)	16	
(Tronco)	Tupi	7		11	
(Tronco)	Arawák	8		14 (inclui Arawá)	→ família Arawá (RO)
(Família)	Pano	7		6	
(Família)	Jê/Karajá	6		13	
(Tronco)	Macro-Jê	6		4	
(Família)	Karib	3		10	

Makú (fau)	1	4
Yanomami (fau)		4
Mura (fau)	1	2
Tukano (fau)		3
Txapakura (fau)		10
Katukina (fau)		1
<sup>uao é</sup> <sup>amazônica</sup> Kadiwéu (Guaikurú)		1
Isoladas	7	9

### III.2 Documentação das línguas.

O quadro que apresento é resultado de levantamento preliminar realizado por mim, com a ajuda de duas alunas do Curso de Especialização do Setor de Linguística do Depto de Antropologia do MN/UFRJ, graduadas na UFPA, (Maria Amélia Reis e Jaqueline Brandão), com base no banco de dados do acervo do Setor, do primeiro cadastramento de pesquisadores (ANPOLL e UFGO), de levantamento da produção acadêmica (UFRJ, UNICAMP, UFSC), de informações pessoais. Utilizamos a lista de etnias (e suas línguas), num total de 206, elaborada recentemente pelo Projeto Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil, da ONG Instituto Sócio Ambiental (ISA/PIB). O número total das etnias/línguas foi reduzido considerando os povos que não mais falam suas línguas maternas, como é o caso da maioria dos da região nordeste, e os casos conhecidos de não coincidência entre etnia e língua. Acrescentamos somente uma etnia/língua, o Kwazá (Coaiá), língua isolada de Rondônia, cuja documentação está em andamento. Chegamos a um total de 177. Observo que entende-se aqui por documentação a existência de algum tipo de material linguístico; a maior parte desse material é inédito e fruto da atuação do SIL. Nesse sentido a classificação tripartida em línguas sem nenhuma documentação, com pouca (ou alguma) documentação, bem documentadas resulta num quadro obviamente simplificador. Assim, línguas com pouca (ou alguma documentação) incluem aquelas com algum tipo de dados registrados ou até analisados fonológicos ou morfossintáticos, ou das quais temos textos parcialmente ou não analisados. Na categoria línguas com boa documentação incluímos aquelas para as quais temos uma descrição gramatical completa com textos (a quantidade varia muito) e, às vezes, dicionários. Algumas dessas descrições estão em andamento em fase conclusiva. Não está aqui em jogo a qualidade das análises e estes dados precisam ainda de uma revisão, o que significa que o quadro é provisório.

Total de línguas:	177 (160 na Amazônia)
Línguas com boa documentação:	<del>34</del> 34 (28 na Amazônia)
Línguas com alguma documentação:	120
Línguas sem documentação:	23

→ 30 línguas em risco de desaparecimento

### III.3 Contatos internacionais

Os intercâmbios internacionais têm desenvolvimento recente. Podemos dizer que até alguns anos atrás, o SIL mediava a grande maioria dos contatos para fora do País. Tais intercâmbios devem aumentar no futuro próximo, mas este incremento depende bastante da visibilidade internacional da produção nacional, o que significa que se consolidarão somente a partir de um incremento da qualidade, não apenas da

quantidade, dos conhecimentos produzidos. Além disso, a presença crescente (sobretudo via MPEG/Linguística) de pós-graduandos em universidades no exterior e a presença de pesquisadores visitantes estrangeiros (ainda esporádica) no Brasil contribuem para o estabelecimento de novos intercâmbios. É também incipiente a presença de pesquisadores brasileiros nas redes eletrônicas (Internet). Pesquisadores e universidades norte-americanas representam o contato mais antigo e mais intenso, ainda pela herança SIL; hoje temos intercâmbio com as universidades de Eugene (Oregon), Rice (Texas), alunos em universidades da Califórnia, em Chicago, no MIT. Com o MIT tivemos um intercâmbio inicial que pode se intensificar, na medida em que se desenvolvem estudos dentro da teoria gerativa (UNICAMP, UFRJ, UFSC, UnB). Vários brasileiros são sócios, por exemplo, da Society for the Study of Indian Languages of America (SSILA). Em segundo lugar vem a França (há uma tradição franco-brasileira), em terceiro a Holanda. Os intercâmbios com a França também devem se intensificar a médio prazo.

#### ***III.4 A presença das línguas indígenas em eventos científicos***

A presença das línguas indígenas em encontros científicos (congressos, reuniões de associações científicas, simpósios, etc.) tem aumentado muito nos últimos dez anos. Temos um lugar cativo na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e na Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), através da realização de cursos, mesas-redondas, comunicações; na Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL) funciona há quase dez anos um Grupo de Trabalho que reúne periodicamente pesquisadores da área com a apresentação e discussão de trabalhos e resultados de pesquisas e com a discussão da política de pesquisa a nível nacional. Permanece, contudo, uma tendência à separação, ousaria dizer uma guetização, das línguas indígenas com relação às disciplinas consagradas da linguística (assim, por exemplo, na ANPOLL existe um GT específico separado dos Gts de Teoria da Gramática, Fonologia, etc.); temos concentrado esforços para superar essas fronteiras a fim de integrar os estudos sobre línguas indígenas nos campos teóricos da linguística.

As línguas indígenas estão hoje presentes em eventos internacionais e, neste caso, também, a tendência é um incremento dessa presença. Novamente Estados Unidos lideram o ranking (encontros da Linguistic Society of America, da SSILA, da AAA, simpósios). Segue a França, a distância. Houve participações em encontros na Alemanha, Checoslováquia. Participamos com uma certa regularidade do Congresso Internacional dos Americanistas e da ALFAL. Muito recentemente nós nos estabelecemos no encontro anual (Jornadas de Linguística Aborígen) que se realiza na Argentina ou no Chile.

#### ***III.5 Bases de dados.***

Fora os bancos de dados particulares, dos quais não temos informações, e o relativo ao material publicado, inédito e sonoro arquivado no Museu Nacional da UFRJ, não temos ainda nenhum banco de dados que centralize as informações sobre projetos, pesquisadores, publicações, etc. Era um dos objetivos que o PPCLIB não conseguiu atingir e realizar.

#### ***III.6 Apoio financeiro***

Não podemos nos queixar de falta de apoio oficial à pesquisa. Acredito que a demanda é ainda inferior às possibilidades reais da oferta.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) continua sendo o principal órgão de apoio à pesquisa. O Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB) surgiu em 1987 pela iniciativa dos pesquisadores reunidos no Grupo de Trabalho 'Línguas Indígenas' da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL). Houve um incremento quase prodigioso das pesquisas ligadas ao PPCLIB: 34 línguas em 1989, 59 línguas em 1991. Infelizmente não conseguimos a tempo do CNPq dados sobre o número de projetos e línguas que possa dar uma idéia precisa da situação atual, mas acreditamos que não houve diminuição e projetamos um razoável aumento. O Programa, coordenado pelo prof. Aryon Rodrigues, incentivou a pesquisa através do acesso direto às instâncias avaliadoras e decisórias, imprimindo agilidade com menor burocracia, um privilégio quando nós nos compararmos com outras áreas, conquistado pela mobilização e organização dos pesquisadores. Como foi observado na última reunião da ANPOLL, em junho de 1995, o campo de línguas indígenas é visto como um modelo para as relações entre áreas de pesquisa e órgãos de fomento. Contudo, o PPCLIB, enquanto tal, parece ter definhado e desaparecido discretamente, deixando uma herança positiva e objetivos não atingidos, como a realização de um centro de informação e documentação, formação de um acervo básico de materiais publicados e inéditos, a mediação para que se abrissem áreas de concentração na pós graduação ou cursos na graduação nas universidades públicas, o apoio e incentivo a publicações.

A Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) tem assumido um papel cada vez mais importante no apoio dado a projetos de pesquisa vinculados a Cursos de Pós Graduação.

Fundamental tem sido o apoio do Programa do CNPq, FINEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) para a realização de eventos científicos no País, particularmente daqueles organizados pelas associações científicas (ABRALIN, ANPOLL, SBPC, ABA).

É preciso dar os devidos créditos a algumas poucas Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, destacando a FAPESP (São Paulo); a FAPERJ (Rio de Janeiro) mergulha há alguns anos numa crise política e financeira lastimável e sem perspectivas a curto prazo.

A política de captação de recursos da Area de Linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi mostra que é viável obter apoio de agências estrangeiras e internacionais (Wenner-Gren, ORSTOM, Holanda, USAID, ONGs, G7, entre outras). Falta apenas iniciativa, competência e trabalho.

Veja-se as informações complementares contidas no item IV.3.

### ***III.7 Instituições não-oficiais e a pesquisa***

Remeto ao item IV.2 para maiores informações. Lembro aqui, apenas, as Organizações Não-Governamentais (ONG), cujo papel no que diz respeito ao incentivo à pesquisa está se tornando importante. Trata-se principalmente do apoio financeiro e/ou logístico para que se desenvolvam pesquisas concomitantemente à assessoria educacional. É o caso da Fundação Magüta (Tikuna), da Associação Vida e Ambiente, cujos projetos foram há pouco incorporados ao Instituto Sócio-Ambiental, com trabalho no Parque Indígena do Xingu (Mato Grosso) e suas 15 línguas, da Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY).

## **IV. Formação**



#### *IV.1 Nível da formação*

Em termos dos pesquisadores brasileiros, temos que distinguir os níveis de graduação e pós graduação (mestrado e doutorado). Sem falar do silêncio ou das informações estereotipadas repassadas aos alunos de cursos primários e secundários, algo que só muito recentemente está sendo objeto de críticas e de algumas (ainda poucas) iniciativas, constatamos a quase ausência de cursos introdutórios na graduação, cursos que ofereçam um panorama geral das línguas, seus falantes, das pesquisas; tais cursos servem não apenas para preencher uma lacuna profunda na cultura geral dos estudantes universitários, mas também funcionariam para motivar futuros pesquisadores. A exceção está na UNICAMP e isso deu frutos, já que é da UNICAMP que tem saído os melhores alimentando a pós graduação). Na UFRJ, por exemplo, existe uma disciplina eletiva "Introdução às línguas indígenas brasileiras", na Faculdade de Letras, ministrada esporadicamente e de modo amadorístico, tendo como resultado o fato do Departamento de Linguística da UFRJ não ter firmado nenhuma tradição de pesquisa. Passa-se, assim, a impressão de que a linguística é uma ciência apenas para as línguas ditas "de civilização", as que possuem literaturas; nisso, as línguas indígenas são, quando tanto, um objeto de curiosidade, uma espécie de não-línguas. É um exemplo do atraso e do preconceito que ainda sobrevive na universidade, sobretudo pública.

Outro quadro pode ser delineado para a pós graduação, onde as línguas indígenas têm conseguido nos últimos anos um lugar ao sol. Aqui, constatamos que algo aconteceu, que houve avanços e que há possibilidades de um desenvolvimento promissor. Trata-se de uma mudança recente e incipiente, ainda, se confrontada com as necessidades e os objetivos a serem atingidos.

Estão sendo realizados cursos de Especialização no Setor de Linguística do Depto de Antropologia do Museu Nacional, onde se enfatiza a formação teórica e, a partir do segundo curso, a execução de projetos de pesquisa de campo. O primeiro curso foi em 1993-94, o segundo em 1995-96, com 14 alunos ao todo, pouco mais da metade (8) continuam envolvidos, sendo que dois no primeiro e seis no segundo.

Em 1996 começa uma Pós Graduação em Linguística Indígena na UNIR, Guajará-Mirim.

Aconteceram cursos intensivos de curta duração para formação em técnicas e métodos iniciais: UnB/Brasília (1987), MPEG/UFPA/Belém (1988, 1995), UFGO/Goiania (1990), UFSC/Florianópolis (1991). Temos apenas os resultados do curso Belém de 1988: 25 alunos inscritos, 16 continuaram (64%).

Mestres e Doutores formados até 1995 (os dados relativos ao período 1991-1995 se referem somente às defesas realizadas na UFRJ, na UNICAMP e na UFSC; faltam informações das outras universidades):

1985: 1 PhD, (SIL), 8 MA (3 SIL)

1991: 4 PhD, 27 MA (1 SIL)

1995: 11 PhD , 42 MA (UFRJ, UNICAMP, UFSC)

Não temos ainda um cálculo preciso de quantos desses mestres e doutores, pelo menos dos que se formaram nos últimos dez anos, continuam pesquisadores ativos. Projetaria, provisoriamente e otimisticamente, uma porcentagem de 80%.

#### IV.2 Hoje: onde se formam pesquisadores e onde se faz pesquisa

Instituições oficiais:

- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional. É o mais antigo, criado em 1961 por Mattoso Câmara Jr. Abrigou o SIL através de convênio até 1981. Crescimento "vegetativo" (auto-reprodução) até poucos anos atrás. Hoje promove Cursos de Especialização (Pós Graduação *latu sensu*) e seu quadro está sendo renovado (6 doutores, dos quais dois aposentados colaboradores). Sua identidade hoje é a de um centro de produção de conhecimentos, teoricamente orientados, bem como de formação. Colabora com duas Pós Graduações (antropologia e linguística). Possui um acervo considerável de documentação linguística (publicações, inéditos, gravações), majoritariamente composto pela produção do SIL e que deverá ser alimentado doravante pelo material coletado pelos seus pesquisadores e alunos, aceitando incorporar doações. O acervo existente se encontra fichado pelo programa MicroIsis (adaptado) e estará em breve disponível aos interessados (disquete e manual). Está iniciando agora um Projeto de reestruturação, que inclui laboratório de fonética experimental e uma pequena ilha de edição sonora. Estão em estudo convênios para intercâmbio de pesquisadores com universidades e centros no exterior (USA e França). Destaca-se pela produção científica, participação em eventos científicos, publicações. Na Pós Graduação de Linguística, sediada na Faculdade de Letras, foram concluídas até hoje 5 dissertações de Mestrado:

Parkatejê/Jê (fonologia, morfossintaxe), Javaé/Macro-Jê (tipologia sintática), Marubo/Pano (fonologia e aspectos da morfossintaxe), Matsés/Pano (fonologia e aspectos da morfossintaxe), Macuxi/Karib (reanálise da sintaxe, ergatividade) e 1 tese de Doutorado (Parkatejê/Jê, morfossintaxe).

Na Pós Graduação de Antropologia Social (MN) foi defendida apenas 1 Tese de Doutorado sobre o Kuikúro/Karib (etnolinguística, discurso, fonologia, aspectos da sintaxe).

- Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP/IEL). O estudo das línguas indígenas começou em 1977 (coincidindo com o início do rompimento entre Museu Nacional e SIL). O SIL frequentou a instituição, tendo um de seus linguistas de maior projeção (Daniel L. Everett) como mestrando e doutorando. Linguistas do SIL e de seus congêneres brasileiros têm sido, e são hoje em número reduzido (2), alunos da Pós Graduação. Segundo levantamento recente realizado pelo prof. Angel Corbera Mori, no período entre 1977 e 1995 foram defendidas 27 dissertações (5 do SIL) de Mestrado e 10 teses de Doutorado (1 do SIL), abrangendo 31 línguas. Anexo os quadros elaborado por Mori que mostram a produção por língua e por famílias. Dominam os estudos fonológicos. É o principal e mais produtivo centro acadêmico de formação. Atualmente abriga o projeto de documentação das línguas do Parque Indígena do Xingu, coordenado pela Profª. Lucy Seki (5 línguas em estudo, Kamayurá/Tupi-Guarani, Ikpéng/Karib, Juruna/Tupi, Suyá/Jê, Panará/Jê). + 2 (~~Waurá~~ Nehinaku / Aruák ; Kayahí / Tupi-Guarani)

- Museu Paraense Emílio Goeldi, (MPEG, Departamento de Ciências Humanas, área de Linguística, Belém (Pará)). É um instituto de pesquisa do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Destaca-se, sem dúvida, no panorama dos centros de pesquisa e formação, sobretudo em termos de região amazônica, onde é único. O sucesso alcançado se deve em grande parte à capacidade de executar uma política institucional e científica inteligente, o que inclui competência na captação e uso de recursos. Parece-me que o outro fator positivo é o fato do MPEG não fazer parte de uma instituição universitária pública. Ressurge das cinzas nos anos 80 graças à dedicação de Denny Moore, e hoje é considerado o maior e melhor programa no Brasil, em fase final de consolidação e com perspectivas reais de futuro crescimento. Nas três linhas de pesquisa (documentação e análise, linguística diacrônica, relações linguagem/sociedades/cultura), e no Projeto Línguas Amazônicas trabalham apenas três doutores contratados, um mestre em via de contratação, dois pesquisadores estrangeiros, cinco bolsistas, sete alunos de pós graduação. De um total de oito pós graduandos, sete estão se formando no exterior (Califórnia/Santa Barbara, MIT, Oregon, Rice, Chicago); 14 é o total de alunos encaminhados até hoje para programas de Pós Graduação (1 na França). As pesquisas em andamento vertem sobre línguas Tupi (Gavião, Ayuru, Karo, Karitiana, Mekens, Munduruku, Nheengatu), Karib (Kaxuyana, Wayana, Tirió, Waimiri-Atroari), Arawák (Apurinã), isoladas (Trumai, Djeoromitxi, Kanamari). Promove cursos de curta duração, possui coleções científicas e uma boa infra-estrutura (biblioteca, equipamentos). As atividades de seus pesquisadores são intensas e bem divulgadas: a participação nos encontros científicos, no País e no exterior tem aumentado a cada ano, calculamos em mais de 40 o número de publicações, dentro e fora do Brasil. Com certeza a rede que se constituiu a partir do investimento na formação no exterior tem facilitado uma projeção internacional.

Ratis  
(Pano),  
Munduruku  
(Tupi)

- Universidade Federal do Pará (UFPA), Departamento de Línguas e Literaturas Vernáculas (Laboratório de Linguagem). Estudos começaram por iniciativa da Profa Leopoldina Araújo, formada na UFRJ, no final dos anos setenta, sobre línguas Jê (Parkatejê, Kayapó) e Tuparí (tronco Tupi), resultando apenas num mestrado (Anambé/Tupi Guarani). Apesar da localização privilegiada, infelizmente a UFPA não conseguiu até o momento se firmar como centro de pesquisa e de formação. Obtivemos informações de que novos ventos começam a soprar na UFPA, com alguma iniciativa de reestruturação e novos projetos, fruto de uma renovação docente e da colaboração do MPEG. Sinal promissor, o último número de Moara, Revista dos Cursos de Pós Graduação, é dedicado às línguas indígenas (7 artigos).

- Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas. Não temos informações precisas. Podemos dizer que o estudo das línguas indígenas tomou fôlego a partir da chegada do Prof. Aryon Rodrigues no final dos anos 80. Pelo cadastramento de pesquisadores, há 14 projetos vinculados a UnB num leque bastante amplo de línguas (isoladas, tuparí e tupi-guarani, jê, macro-jê, karib, máku). Não sabemos quantos desses projetos estão ativos, nem quantas dissertações e teses foram defendidas.

- Universidade Federal de Goiás (UFGO), Museu Antropológico (Seção de Etnolinguística) da UFGO. Temos informações imprecisas. Pelo cadastramento, contamos 13 projetos, a maioria voltados para línguas da região do Brasil Central (Jê e Macro Jê), o que mostra uma interessante vocação regional. A partir do final dos anos 80, a profa Raquel Teixeira (formada em Berkeley, USA) reanimou as pesquisas da UFGO, caracterizada hoje pelo trabalho de assessoria educacional.

UFPE: 3 Mestrados (morfossintaxe e sociolinguística Arara (Pano); fonologia e morfologia Poyanawa (Pano))

- Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal de Alagoas (UFPE e UFAL). A pesquisa na UFPE surge graças à Profa Adair Palácio (formada na UNICAMP), também no final dos anos 80. Não temos dados precisos. Há projetos sobre o Yatê (Macro Jê) e sobre línguas pano como parte integrante da assessoria aos projetos educacionais da Comissão Pró Índio do Acre, além de pesquisas de cunho sócio-linguístico.

Nas duas Universidades funcionam Núcleos de Estudos Indígenas (NEI).

- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Linguística. O Núcleo de Pesquisa sobre Línguas Arawák (NUPELA) e o Projeto "Informática aplicada às Línguas Indígenas: Classificação e Reconstrução da Família Arawák", iniciativas do prof. Jean-Pierre Angenot, funcionaram de 1991 a 1993, chegando a congregar cerca de 20 alunos, com ênfase na fonética experimental e fonologia e com ousadas hipóteses genéticas. O Projeto se ampliou com sub-projeto sobre a família Makú (Dâw e Yuhúp). Em 1993 foi apresentada nova versão como Projeto integrado e incorporando a descrição e comparação das famílias Arawák, Txapakúra e Makú, criando uma ponte com a UNIR/Rondônia (Guajará-Mirim) e incluindo membros do SIL. Uma série crise, em parte institucional, desagregou o grupo e aniquilou o Projeto que foi transferido para Rondônia, onde surgiu o NUPELI (Núcleo de Pesquisa sobre Línguas Indígenas). Não obstante o terremoto, algumas dissertações e teses sobre línguas arawák do noroeste e norte amazônicas conseguiram chegar a termo. Além disso, estão em desenvolvimento pesquisas sobre línguas da região (Xokleng e Kaingang).

- Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR, Campus de Guajará-Mirim). Depois da crise que resultou no aniquilamento do programa de pesquisa da UFSC (ver adiante), o prof. Jean-Pierre Angenot reaparece na UNIR/Guajará-Mirim com ambiciosos projetos desde 1994, incluindo informática aplicada às línguas indígenas, pesquisas sobre línguas das famílias Makú e Arawák/Maipure (projetos iniciados na UFSC), Arawá e Txapakúra (Rondônia), envolvendo mais de 30 pesquisadores entre graduandos, pós graduandos e seniores. Os sub-projetos Arawá e Txapakúra constam de projeto integrado em convênio assinado com a Universidade de Pittsburgh e com a colaboração intensa do SIL (sede de Porto Velho). O ano de 1996 vê o início do Núcleo de Estudos das Línguas Amazônicas (NELA) e da Pós Graduação em Linguística Indígena com 10 mestrados e 6 doutorandos e um corpo docente composto por 20 doutores, entre os quais professores da UNICAMP, UFRJ, USP, UFPA, USA, Holanda, França, Bélgica e membros do SIL. São fatos muito recentes e não podemos avaliar ainda as possibilidades de desenvolvimento desses programas e projetos, embora já estejam aparecendo os primeiros resultados em apresentações por ocasião de eventos científicos (SBPC, ANPOLL).

- Universidade de São Paulo (USP). Após um longo período de hegemonia dos estudos de cunho filológico de tupinologia clássica, a USP está no momento tentando firmar um espaço para a investigação científica das línguas indígenas. Não temos informações precisas, mas sabemos que, muito por iniciativa do Prof. Waldemar Ferreira Neto, há hoje projetos, sobretudo de iniciação científica (graduação) sobre o Wayãpi e o Guaraní (Tupi-Guaraní) e o Krahô (Jê). Por enquanto, estão dominando as

atividades de assessoria a projetos de educação, especialmente dos sob a responsabilidade do Centro de Trabalho Indigenista (São Paulo).

Observamos que, paradoxalmente mas significativamente, as línguas indígenas parecem estar ausentes nas Universidades geograficamente mais próximas da região amazônica: Amazonas, Acre, Mato Grosso. Se algo se faz na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), não é divulgado. Na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) algo se move: circularam versões de um programa de formação e pesquisa, que, somente agora, parece se concretizar pelo menos através da realização de cursos intensivos introdutórios. As línguas indígenas também estão ausentes na Universidade de Mato Grosso do Sul, estado em que são faladas por um contingente populacional expressivo. Por enquanto, a visibilidade maior é da produção da UFRJ, da UNICAMP e do MPEG.

#### Instituições não-oficiais:

- Summer Institute of Linguistics (SIL). O SIL não é mais hoje o locus privilegiado para a formação de pesquisadores. Houve mudanças na inserção do SIL no Brasil, crises sucessivas e uma espécie de recuo para certos bastidores e para posições localizadas, como é o caso dos projetos da UNIR/Rondônia. Ao mesmo tempo, e significativamente, houve um inegável avanço das pesquisas brasileiras e sobretudo não-missionárias. O SIL continua a prestar serviços para a formação dos membros missionários (em cursos internos, não mais abertos) e na assessoria as suas pesquisas. O SIL não promove mais Cursos em Metodologia Linguística, mas sim, explicitamente, Cursos de Linguística e Missiologia.

As missões evangélicas (SIL, NT, MEVA, ALEM, JOCUM) se servem de cursos oferecidos pelo SIL desde, pelo menos, 20 anos. Tais cursos, pioneiros e modelares no gênero, foram frequentados em suas primeiras edições também por pesquisadores brasileiros não-missionários. Lembro que a formação via SIL foi uma constante até uns dez anos atrás, já que até então se manteve sua hegemonia sobre a formação, pesquisa e assessoria, com respaldo oficial de universidades e governo (FUNAI).

Entre as instituições não governamentais ou não-oficiais que tratam da questão indígena, as missões católicas (Conselho Indigenista Missionário/CIMI, Operação Anchieta/OPAN) oferecem algum tipo de formação muito introdutória, instrumental, em cursos intensivos de curta duração, contando com docentes provenientes de universidades

#### ***IV.3 Apoio oficial às instituições de formação e pesquisa.***

Em termos de apoio financeiro, o balanço é positivo, mesmo nos limites das possibilidades e das crônicas dificuldades econômicas que sempre dimensionam os recursos governamentais repassados aos órgãos oficiais de fomento ao nível mínimo. Não podemos negar que hoje a CAPES apoia bastante os cursos de pós graduação (strictu e latu sensu) através das cotas de bolsas de mestrado e doutorado e através das chamadas taxas acadêmicas. CNPq, FINEP e CAPES têm apoiado e possibilitado a formação no exterior, a fixação institucional de pesquisadores, a realização de cursos de especialização e de curta duração. Os problemas da formação, suas causas e suas

soluções, devem ser procurados nas próprias Universidades públicas e dependem basicamente da história pregressa (com seus pré-conceitos e ideologias), da concepção do que é formação para a pesquisa à luz da linguística atual, da vontade política em seus cursos de graduação e pós-graduação. Há inércia, incompetência para a captação e uso de recursos, burocracia inútil.

O CNPq, sobretudo a partir de 1987 têm apoiado muitos projetos de pesquisa, assim como outras agências de fomento, como a FINEP, acredito no limite máximo de suas possibilidades. A área de línguas indígenas é hoje considerada privilegiada e o PPCLIB conseguiu firmar no CNPq uma sensibilidade inteligente e competente, muito pelo engajamento dos pesquisadores senior. É plausível afirmar que há hoje uma oferta subutilizada.

#### ***IV.4 Acesso dos índios à formação e à pesquisa***

É nulo, de fato. No Brasil, há ainda um abismo entre a situação de sobrevivência das populações indígenas e o universo acadêmico. Alguns tímidos indícios de que algo pode acontecer são detectáveis na conceituação dos programas de cursos de formação para professores indígenas que contêm módulos de introdução à linguística e a metodologias de pesquisa, iniciativas em incremento, e na participação de informantes indígenas no desenvolvimento de pesquisas sobre suas línguas. Não considero aqui o envolvimento e a formação de índios na qualidade de tradutores, intérpretes, leitores e divulgadores de textos evangélicos como parte das atividades missionárias do SIL e seus congêneres.

### **V. O papel das missões religiosas**

É inegável a presença determinante no Brasil do Summer Institute of Linguistics (SIL), hoje re-batizado de Sociedade Internacional de Linguística. Convidado por Darcy Ribeiro em 1956, o SIL se instalou no País, contando com o respaldo acadêmico, através de sucessivos convênios com instituições oficiais brasileiras, acadêmicas e não. Estabeleceu-se em suas sedes ricas e eficientes (Brasília, Porto Velho, Belém, Cuiabá) e monopolizou durante décadas a pesquisa, a formação e a assistência educacional a grupos indígenas. Produziu e acumulou conhecimentos científicos sobre as línguas, sem dúvida, e ao mesmo tempo tentou evangelizar e interferiu desastrosamente nas culturas nativas. Os últimos anos da década de setenta viram a eclosão de sucessivas crises no relacionamento do SIL com as instituições oficiais e o rompimento com as Universidades e a FUNAI. Hoje continua no País, ativo mas silencioso, tentando uma nova investida através do mundo acadêmico/científico, como é o caso da colaboração, não explícita mas intensa, com o Projeto Línguas Amazônicas de Jean-Pierre Angenot e Daniel Everett (Univ. of Pittsburgh e membro da missão) sediado na UNIR, Campus de Guajará-Mirim (Rondônia). Uma excelente documentação e análise da atuação do SIL pode ser encontrada nos trabalhos de Maria Candida Drumond Mendes Barros do MPEG.

Segundo cálculos de Moore e Storto, em 1967 existiam 300 membros do SIL trabalhando sobre 40 línguas; o número de línguas diminuiu para 39 em 1984 e para 34 em 1991. Hoje são 37 (Apalaí, Apinayé, Apurinã, Arara do Pará, Bakairi, Bororo, Deni, Jarawara, Kaapor, Kaiwá, Kadiweu, Karajá, Karitiana, Kayabi, Kayapó, Maku Nadeb, Mawé Sateré, Maxakali, Nambikwara, Banawá, Pareci, Paumari, Pirahã, Rikbaktsa, Suruí de Rodônia, Suruí do Pará, tenetehara, Tenharim, Terena, Wayãpi,

Waurá, Xavante, Xokleng, Yanomami, Yamamadi, Zuruahá, Wari'). Destaca-se o projeto comparativo que abrange as línguas Arawá, em andamento em Rondônia.

O SIL lidera em número de publicações, sobretudo de descrições gramaticais exaustivas, como as que compõem os tres volumes do Handbook of Amazonian Languages e a recentíssima gramática Wari' (Txapakúra).

No início dos anos oitenta o SIL deu à luz a um filho brasileiro, a Associação Linguística Missionária (ALEM) que tem aumentado paulatinamente suas atividades e sua inserção no campo de pesquisa. A ALEM lançou recentemente uma investida nas regiões do noroeste amazônico e do médio rio Xingu (Pará), aqui com projetos de documentação socio-linguística do Arara (karib), Parakanã e Araweté (tupi-guarani). Ora passando-se por cientistas, através do encaminhamento de projetos ao CNPq, ora ligando-se às Secretarias Municipais de Educação, os missionários da ALEM revelam planos para o futuro, o que compensaria o relativo declínio das atividades do SIL.

Membros da constelação evangélica junto com o SIL, a Unevangelized Field Mission, que mantém a Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), e a Missão Novas Tribos atuam principalmente em áreas de fronteira. Não ouve-se falar atualmente da Missão Central do Brasil (MICEB).

Com relação às missões católicas, não há nenhuma produção relevante ou definível como científica, excetuando, talvez, o trabalho sobre o Kulina e o incentivo à pesquisa dado pelos missionários que trabalham entre os Tapirapé, os Mynky e os Iranxe, e por algumas iniciativa da Diocese de Roraima (Wapichana, Macuxi, Yanomami).